

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.847.125 - DF (2018/0072608-7)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
RECORRENTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADA : LIVIA DE MOURA FARIA CAETANO - DF027070
ADVOGADOS : AMANDA ANDRADE SOARES GUSMAO - DF033327
RAFAEL SGANZERLA DURAND E OUTRO(S) - DF027474 -
CAROLINA RIBEIRO VALERIO DO NASCIMENTO -
DF025592
EVERSON EMMANUEL COSMO DE SOUSA SALES -
DF044257
VICTOR WAKIM BAPTISTA - DF048466
DENYZE NAVES DE SOUZA E SILVA - DF031307
RECORRENTE : ANA BALDUINO CHAVES - ESPÓLIO
REPR. POR : EDUARDO LUIS BALDUINO CHAVES
ADVOGADO : DECIO PLINIO CHAVES - DF012644
RECORRIDO : OS MESMOS

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. CUMPRIMENTO INDIVIDUAL DE SENTENÇA PROFERIDA NA ACP 1998.01.1.0167989. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PLEITO DE SUSPENSÃO. DESCABIMENTO. ALEGAÇÃO DE ILEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DO TÍTULO EXECUTIVO. QUESTÃO APRECIADA EM RECURSO REPETITIVO (RESP 1391198/RS). AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DAS DEMAIS MATÉRIAS. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESSA EXTENSÃO, DESPROVIDO.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por BANCO DO BRASIL SA com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição da República, em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, assim ementado:

Superior Tribunal de Justiça

APELAÇÃO. CIVIL. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CUMPRIMENTO INDIVIDUAL DE SENTENÇA. SUSPENSÃO: NÃO CABÍVEL. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. MULTA 10% DO 475-J. APLICÁVEL. AS CUSTAS INICIAIS DEVEM SER RESSARCIDAS. ÍNDICE DE CORREÇÃO. IRP.. A suspensão determinada no REsp nº 1.438.263/DF somente se aplica aos processos em que a questão da ilegitimidade ativa dos poupadores tenha surgido e ainda não tenha recebido solução definitiva, o que não é o caso. O prazo prescricional da pretensão executiva lastreada em sentença proferida em ação civil pública é de 5 (cinco) anos, a contar da data do trânsito em julgado da sentença coletiva, nos termos da jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça. No caso concreto, o cumprimento de sentença foi ajuizado antes do prazo prescricional. Nos termos do artigo 475-J do CPC/73, vigente à época, transcorrido o prazo de 15 dias sem que o executado tenha providenciado o pagamento 'do débito, incide a multa de 10%. O valor desembolsado pelo exequente para o pagamento das custas processuais deve s,r ressarcido pelo executado. O Índice de Reajuste da Poupança - IRP mantém o poder de compra dos valores depositados em caderneta de poupança, devendo ser aplicado pára corrigir o débito exequendo, excluídos os juros remuneratórios (e-STJ fls. 686/687).

Os embargos de declaração opostos pelo Espólio de Ana Balduino Chaves foram rejeitados (e-STJ fls. 789/798).

Nas razões do especial, a instituição financeira, além de apontar dissídio pretoriano, alega que houve ofensa aos arts. 2º-A da Lei nº 9.494/97; 189 do Código Civil; 240, 503 e 509, II, do Código de Processo Civil de 2015 (antigos 219, 468 e 475-E do CPC/73); e 95 e 97 do Código de Defesa do Consumidor.

Requer, preliminarmente, a suspensão do feito em virtude da afetação do REsp 1.438.263/SP ao rito dos recursos repetitivos.

Após, suscita ilegitimidade ativa da parte recorrida, defendendo a tese de que a sentença coletiva em cumprimento apenas beneficiaria os poupadores que eram associados ao IDEC à época do ajuizamento da ação e que autorizaram expressamente, de forma pessoal ou assemblear, tal propositura.

Assevera que o termo inicial dos juros de mora deve ser a data da citação para o cumprimento de sentença.

Superior Tribunal de Justiça

Insurge-se contra a inclusão dos expurgos posteriores nos cálculos, argumentando que a ação civil pública da qual advém o presente cumprimento cuidava, exclusivamente, do Plano Verão (janeiro de 1989). Nesse ponto, pondera que a manutenção do aresto acarretaria ofensa à coisa julgada.

Sustenta, ainda: **(a)** a aplicação do índice de 10,14% em fevereiro de 1989; **(b)** a necessidade de prévia liquidação de sentença; **(c)** que a atualização monetária deveria ocorrer de acordo com os índices da caderneta de poupança; e **(d)** a abrangência do título executivo coletivo apenas às contas poupanças abertas no Distrito Federal.

É o relatório.

Passo a decidir.

Inicialmente, registro que o acórdão recorrido foi publicado já sob a vigência da Lei 13.105/2015, razão por que o juízo de admissibilidade será realizado nos moldes deste novo édito, conforme Enunciado Administrativo nº 3/STJ.

A irresignação não merece prosperar.

Com efeito, em que pese a afetação do REsp 1.438.263/SP para julgamento nos moldes dos arts. 1.036 e seguintes do Código de Processo Civil, fato é que a determinação de sobrestamento não abrange este processo.

Conforme consta do acórdão recorrido, o presente feito refere-se ao "cumprimento de sentença prolatada nos autos da ação civil pública nº 1998.01.1.016798-9" (e-STJ fl. 692).

A questão da legitimidade ativa relativa ao caso concreto foi apreciada por esta Corte Superior no REsp 1.391.198/RS, julgado como recurso representativo de controvérsia, cujo acórdão encontra-se assim ementado:

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DA 12ª VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA/DF NA AÇÃO CIVIL COLETIVA N. 1998.01.1.016798-9 (IDEC X BANCO DO BRASIL). EXPURGOS INFLACIONÁRIOS OCORRIDOS EM JANEIRO DE 1989 (PLANO VERÃO). EXECUÇÃO/LIQUIDAÇÃO INDIVIDUAL. FORO COMPETENTE

Superior Tribunal de Justiça

E ALCANCE OBJETIVO E SUBJETIVO DOS EFEITOS DA SENTENÇA COLETIVA. OBSERVÂNCIA À COISA JULGADA.

1. Para fins do art. 543-C do Código de Processo Civil: a) a sentença proferida pelo Juízo da 12ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF, na ação civil coletiva n.

1998.01.1.016798-9, que condenou o Banco do Brasil ao pagamento de diferenças decorrentes de expurgos inflacionários sobre cadernetas de poupança ocorridos em janeiro de 1989 (Plano Verão), é aplicável, por força da coisa julgada, indistintamente a todos os detentores de caderneta de poupança do Banco do Brasil, independentemente de sua residência ou domicílio no Distrito Federal, reconhecendo-se ao beneficiário o direito de ajuizar o cumprimento individual da sentença coletiva no Juízo de seu domicílio ou no Distrito Federal;

b) os poupadores ou seus sucessores detêm legitimidade ativa - também por força da coisa julgada -, independentemente de fazerem parte ou não dos quadros associativos do Idec, de ajuizarem o cumprimento individual da sentença coletiva proferida na Ação Civil Pública n. 1998.01.1.016798-9, pelo Juízo da 12ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF.

2. Recurso especial não provido. (REsp 1391198/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/08/2014, DJe 02/09/2014 - grifo nosso)

Portanto, não há razão para determinar a suspensão da demanda, da mesma forma que, pelos fundamentos acima, não prosperam os argumentos desenvolvidos pelo recorrente acerca da sugerida ilegitimidade ativa *ad causam*.

Outrossim, constata-se que a Corte de origem não emitiu juízo de valor acerca das demais matérias abordadas no apelo nobre, de modo que, à mingua do requisito indispensável do prequestionamento, o presente recurso esbarra no óbice das Súmulas 282 e 356 do STF, aplicadas por analogia.

Ante o exposto, conheço em parte do recurso especial e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator

